



Nº 69 - Conceder Pensão de acordo com os artigos 215 e 217, inciso I, letra "a", da Lei 8.112/90, à beneficiária NADIR MACHADO D'AGUIAR SILVA, cota integral, viúva do ex-servidor EDSON BRANDÃO D'AGUIAR SILVA, matrícula SIAPE nº 0132559, ocupante do cargo de Agente de Inspeção de Indústria e Comércio, Classe A, Padrão III, acrescido das demais vantagens a que faz jus, a partir de 30/11/2001. (Processo nº 10384.000132/2002-06)

Nº 70 - Retificar a Portaria nº 57, publicada no DOU de 01/03/2002, Seção 2, pág. 13, onde se lê: "Conceder Pensão de acordo com o item I do Art. 184, da Lei 1711/52", leia-se: "Conceder Pensão de acordo com os artigos 215 e 217, inciso II, letra "d", da Lei 8.112/90. (Processo nº 10380.000121/97-01)

JOÃO EUDES FERREIRA

(Of. El. nº SPOA105/2002)

#### PORTARIAS DE 8 DE MARÇO DE 2002

O GERENTE REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria Ministerial nº 92, de 07/04/2001, da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, publicada no D.O.U. de 09/04/2001, resolve:

Nº 72 - Dispensar, a partir de 6/3/2002, FRANCISCO VALDIR FILHO, matrícula SIAPE nº 1113317, da Função Gratificada, código FG-1, desta Gerência.

Nº 73 - Designar, a partir de 6/3/2002, ROSIANE BATISTA DANTAS, matrícula SIAPE nº 1104617, para exercer Função Gratificada, código FG-1, desta Gerência.

JOÃO EUDES FERREIRA

(Of. El. nº SPOA106/2002)

### SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

#### PORTARIAS DE 7 DE MARÇO DE 2002

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 37, de 16 de fevereiro de 2000, do Ministro de Estado da Fazenda, resolve:

Nº 317 - Dispensar, a partir de 28/02/2002, José Luís Corrêa Salles, ARF-236001, matrícula SIAPECAD nº 65205, da Função Gratificada de Chefe da Inspeção da Receita Federal em Antonina, jurisdição da DRF-Paranaguá(PR), Código FG-1.

Nº 318 - Designar Carlos Alberto Kletemberg, ARF-236001, matrícula SIAPECAD nº 76049, para exercer a Função Gratificada de Chefe da Inspeção da Receita Federal em Antonina, jurisdição da DRF-Paranaguá(PR), Código FG-1.

EVERARDO MACIEL

(Of. El. nº 390)

### ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

#### PORTARIA Nº 27, DE 7 DE MARÇO DE 2002

A DIRETORA-GERAL DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA-ESAF, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II, do artigo 1º, da Portaria MF nº 37, de 16 de fevereiro de 2000, publicada no D. O. U de 17 de fevereiro de 2000, resolve:

Designar a servidora LEIDECIR FERREIRA DE OLIVEIRA, Programadora Educacional, matrícula SIAPE nº 0445573, para responder pelo expediente do Centro Regional de Treinamento da Escola de Administração Fazendária deste Ministério, no Estado de Pernambuco, no período de 11 a 15/03/2002, em virtude de viagem a serviço da titular e férias regulamentares da Substituta Eventual, Código DAS-101.2.

MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO  
CARTAXO

(Of. El. nº 31)

## Ministério da Justiça

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIAS DE 8 DE MARÇO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 3.362, de 10 de fevereiro de 2000, resolve:

Nº 218 - Exonerar, a pedido, MARIO BAPTISTA DE OLIVEIRA, Policial Rodoviário Federal do Quadro Permanente deste Ministério, do cargo de Superintendente Regional, código DAS-101.3, da 4ª Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Nº 219 - Exonerar, a pedido, ANA MARIA PRADO DE ALBUQUERQUE do cargo de Gerente, código DAS-101.4, da Gerência de Orçamento, Planejamento, Análise, Execução, Monitoramento e Acompanhamento de Projetos da Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Nº 220 - Exonerar, a pedido, ELIANA CRISTINA RIBEIRO TAWEIRA CRISOSTOMO do cargo de Coordenador, código DAS-101.3, do Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, a partir de 1º de março de 2002.

Nº 221 - Nomear GILDA SCHWINKE CAVALCANTE D'ALBUQUERQUE para exercer o cargo de Coordenador de Desenvolvimento de Recursos Humanos, código DAS-101.3, da Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

Nº 222 - Nomear AMILTON AMÂNCIO PINTO DA SILVA, Policial Rodoviário Federal do Quadro Permanente deste Ministério, para exercer o cargo de Superintendente Regional, código DAS-101.3, da 4ª Superintendência Regional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Nº 223 - Nomear RITA DE CASSIA FERREIRA DA CUNHA para exercer o cargo de Coordenador-Geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito, código DAS-101.4, do Departamento Nacional de Trânsito da Secretaria Executiva, ficando exonerada do que atualmente ocupa.

Nº 224 - Nomear GIOVANI ALVES MOISES para exercer o cargo de Coordenador, código DAS-101.3, do Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 225 - Designar JOSÉ CARLOS COUTINHO, Policial Rodoviário Federal do Quadro Permanente deste Ministério, para substituir o Coordenador-Geral de Logística, código DAS-101.4, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em seus impedimentos eventuais.

ALOYSIO NUNES FERREIRA

(Of. El. nº 95/2002-GM)

#### DESPACHOS DO MINISTRO

Em 8 de março de 2002

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País à servidora ELIZABETH DA CUNHA SÜSSEKIND, Secretária Nacional de Justiça, para participar da "IV Reunião de Ministros da Justiça e Procuradores Gerais das Américas", na cidade de Port of Spain, Trinidad e Tobago, no período de 8 a 15 de março de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08004.000198/2002-73).

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País ao servidor VILMAR MARTINS DE MOURA GUARANI, Assessor e Coordenador-Geral Substituto de Defesa dos Direitos Indígenas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, para participar da "Reunião Especial promovida pela Organização dos Estados Americanos", na cidade de Washington, Estados Unidos da América, no período de 8 a 16 de março de 2002, incluindo o trânsito, com ônus limitado. (Processo nº 08004.000238/2002-87).

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País ao Delegado de Polícia Federal ALBERTO LASSERRE KRATZL FILHO, do Departamento de Polícia Federal - DPF, para participar da "IV Reunião de Ministros da Justiça e Procuradores Gerais das Américas", na cidade de Port of Spain, Trinidad e Tobago, no período de 9 a 15 de março de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08004.000215/2002-72).

(Of. El. nº 028sbp)

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, altera a autorização de afastamento do País do Delegado de Polícia Federal WASHINGTON DO NASCIMENTO MELO, Coordenador-Geral de Polícia Criminal Internacional do Departamento de Polícia Federal - DPF, publicada no Diário Oficial da União nº 37, de 25 de fevereiro de 2002, Seção 2, página 14, para cancelar a participação na "reunião com membros da Schotland Yard", permanecendo a participação na "5ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Projeto BRIDGE", na cidade de Lyon, França, e alterar o período de 25 de fevereiro a 5 de março de 2002, para 25 a 28 de fevereiro de 2002, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08004.000174/2002-14).

(Of. El. nº 029sbp)

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, resolve tornar insubsistente a autorização para afastamento do País do servidor CARLOS ROBERTO MOTA PELEGRINO, Consultor Jurídico, publicada mediante Despacho no Diário Oficial da União nº 43, de 5 de março de 2002, página 16, tendo em vista que a viagem não se realizará. (Processo nº 08004.000199/2002-18).

ALOYSIO NUNES FERREIRA

(Of. El. nº 030sbp)

### SECRETARIA EXECUTIVA

#### PORTARIAS DE 8 DE MARÇO DE 2002

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Ministerial nº 86, de 28 de janeiro de 2002, resolve:

#### REVOGADO

Nº 88 - Art. 1º - Subdelegar competência ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva deste Ministério e, nos seus impedimentos e afastamentos, a seu substituto legal, para praticar os seguintes atos, no âmbito de sua competência:

I - planejar, coordenar, controlar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas com as áreas de recursos humanos, serviços gerais, informação e documentação, modernização administrativa e patrimônio, podendo praticar todos os atos administrativos que se fizerem necessários;

II - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos dos Coordenadores-Gerais de Logística, de Recursos Humanos e de Tecnologia da Informação, dirimir conflitos de competência e jurisdição entre estas autoridades, bem como avocar, a qualquer momento e a seu critério, a decisão de quaisquer processos administrativos ou de outros assuntos, no âmbito de sua competência;

III - aprovar planos de trabalho relativos à contratação de serviços de prestação contínua, especialmente de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;

IV - autorizar servidores do Ministério a conduzirem veículos oficiais de transporte individual de passageiros, desde que devidamente habilitados, quando houver falta de motorista oficial, sempre no interesse do serviço e no exercício de suas atribuições;

V - atribuir aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores, no âmbito de sua competência, a execução de serviços, diligências ou encargos especiais;

VI - constituir ou desfazer comissões permanentes e especiais de licitações;

VII - ratificar atos de dispensa e inexigibilidade de licitações, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

VIII - homologar, referendar e convalidar atos vinculados à competência da SBP;

IX - coordenar, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, o relacionamento com os órgãos centrais do sistema de pessoal civil, serviços gerais e de recursos de informação e informática;

X - celebrar convênios, acordos e ajustes inerentes às atividades vinculadas aos sistemas especificados no inciso anterior;

XI - submeter à apreciação do Diretor de Programa da Secretaria Executiva, as propostas de programação plurianual, operacional e orçamentária, bem como a programação financeira de desmembramento das unidades organizacionais da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SBP;

XII - submeter à apreciação da Consultoria Jurídica os processos e atos administrativos para os quais a legislação vigente exija parecer daquele órgão;

XIII - determinar a abertura de sindicância e instauração de processo administrativo disciplinar para apuração de responsabilidades e irregularidades praticadas por servidor deste Ministério, no desempenho de suas funções, podendo, para tanto, designar comissões nos termos da Lei nº 8.112/90, da Lei nº 9.527 e da Lei nº 9.784/99;

XIV - aplicar aos servidores, em decorrência das conclusões dos processos administrativos a que alude o inciso anterior, as penalidades de advertência e suspensão de até trinta dias;

XV - baixar portarias relativas aos serviços e servidores vinculados à SBP, bem como expedir circulares às unidades do Ministério, em assuntos de sua competência;

XVI - autorizar viagens a serviço, concessão de diárias e passagens, relativas a viagens a serviço de servidores da SBP e da Secretaria Executiva, bem como de colaboradores eventuais;

XVII - autorizar férias regulamentares dos titulares sob sua supervisão e da Secretaria Executiva;

XVIII - distribuir os servidores pelas unidades do Ministério, observadas a lotação e a adequação funcional;

XIX - atuar como ordenador de despesas no que se refere aos atos necessários à gestão orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, na ausência de seu titular e substituto legal;

XX - atuar como ordenador de despesas no que se refere aos atos necessários à gestão orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral de Logística, na ausência de seu titular e substituto legal;

XXI - autorizar a participação de servidores em congressos, conferências, seminários e cursos de formação, capacitação ou qualificação realizados no País;

XXII - atuar como ordenador de despesas dos recursos consignados ao Departamento Nacional de Trânsito, nos casos excepcionalmente determinados pela Secretaria Executiva;

XXIII - designar e dispensar os servidores de função gratificada (FG) e gratificação de representação (GR).

XXIV - praticar outros atos administrativos inerentes à competência da SBP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria SE nº 52, de 20 de fevereiro de 2002.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo inciso XIV, do art. 1º, da Portaria Ministerial nº 86, de 28 de janeiro de 2002, resolve:



Nº 89 - Exonerar ALESSANDRA VIANA REIS do cargo de Chefe de Divisão, código DAS-101.2, da Coordenação-Geral de Análise de Infrações dos Setores de Agricultura e de Indústria do Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico, a partir 1º de março de 2002, em virtude de nomeação para outro cargo.

Nº 90 - Nomear LEANDRO DOS REIS LUCHESES para exercer o cargo de Chefe de Divisão, código DAS-101.2, da Coordenação-Geral de Análise de Infrações nos Setores de Agricultura e de Indústria do Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico, ficando exonerado do que atualmente ocupa.

Nº 91 - Designar MARCELA DE SOUSA RIBEIRO, Policial Rodoviário Federal do Quadro Permanente deste Ministério, para substituir o Chefe da Divisão de Legislação de Pessoal, código DAS-101.2, da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em seus impedimentos eventuais.

JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

(Of. El. nº 29/SE)

## DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

### PORTARIA Nº 50, DE 8 DE MARÇO DE 2002

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e tendo em vista o disposto no art. 73, inciso I, letra b da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e a autorização contida no MEMO/DP-GU/CPOA/Nº 159, de 06 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Designar o servidor FERNANDO GERALDO BELTRÃO MENDES PIRES, Engenheiro, identidade CREA/RJ 901003841/D, lotado na Coordenação Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça - CGL/SbPO/SE/MJ, para proceder a vistoria, mediante termo circunstanciado, na reforma realizada pela empresa Vênus Construções Ltda, no imóvel situado à Rua Senador Manoel Barata, 718, - Edifício Infante de Sagres - Bairro Campinas - Belém/PA, a fim de comprovar a adequação do objeto aos termos do Contrato nº 30/2001.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNE ELISABETH NUNES DE OLIVEIRA

(Of. El. nº 281/dpu)

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

### PORTARIAS DE 8 DE MARÇO DE 2002

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, usando da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto de 30 de novembro de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 1999, e art. 102, inciso XVI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 166, de 16 de fevereiro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 19 subsequente, resolve:

Nº 161 - I - Designar NILTON ROGÉRIO DE OLIVEIRA, Policial Rodoviário Federal do Quadro Permanente deste Departamento, para exercer a função de Chefe, código FG-02, da 5ª Delegacia da 8ª Superintendência Regional.

II - Em consequência, dispensá-lo da função de Chefe, código FG-02, da 7ª Delegacia da mencionada Superintendência.

Nº 162 - Designar JORGE DE CASTRO ABREU, Policial Rodoviário Federal do Quadro Permanente deste Departamento, para exercer a função de Chefe, código FG-02, da 7ª Delegacia da 8ª Superintendência Regional.

Nº 163 - Dispensar AILTON HEUSSER, Policial Rodoviário Federal do Quadro Permanente deste Departamento, da função de Chefe, código FG-02, da 5ª Delegacia da 8ª Superintendência Regional.

ALVARO HENRIQUE VIANNA DE MORAES

(Of. El. nº 117-DG-DPRF)

## FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

### PORTARIAS DE 8 DE MARÇO DE 2002

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 564, de 08 de junho de 1992, resolve:

Nº 169 - Art.1º Revogar a Portaria nº 1104/PRES/97, de 27 de outubro de 1997, publicada no Diário Oficial da União nº 209, de 29.10.1997, que trata da Comissão Permanente de Licitação da Administração Executiva Regional de Campo Grande.

Art. 2º Designar os servidores, JOÃO ELEODORO GIMENES VALDES, Assistente Administrativo, nível NI-A-III, matrícula nº 0444414, IVANILDE ALVES, Auxiliar Administrativo, nível NI-A-III, matrícula nº 0444411, MARIA GIRLANE DA FONSECA BUCKER, Auxiliar Administrativo, nível NI-A-I, matrícula nº 0446649, LAUZIRA MARIA DE OLIVEIRA, Contador, nível NS-D-II, matrícula nº 1212680 e EUNICE MARQUES COUTINHO DA SILVA, Professora de 1º grau, nível NI-A-III, matrícula nº 0446112, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Permanente de

Licitação da Administração Executiva Regional de Campo Grande.

Art.3º Estabelecer que o Presidente da Comissão, a seu critério poderá requisitar servidor lotado na Unidade interessada na requisição do material ou do serviço a ser contratado por indicação da chefia imediata, para acompanhar a elaboração de editais e julgamento de propostas, prestar assessoramento a Comissão no que lhe couber através de pareceres técnicos sobre o material ou serviço objeto da licitação.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 171 - Art.1º Designar os servidores, JUSCILETH DA COSTA FREITAS PESSOA, Assistente Administrativo, nível NI-A-III, matrícula 0445799, FRANCISCO GRACILIANO DA SILVA, Técnico de Contabilidade, NI-A-III, matrícula n.º 0697601, e MARIA LUÍZA BENEDITO MACEDO, Datilógrafo, nível NI-A-III, matrícula n.º 0697025, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Permanente de Licitação da Administração Executiva Regional de Guajará-Mirim.

Art.2º Estabelecer que o Presidente da Comissão, a seu critério poderá requisitar servidor lotado na Unidade interessada na requisição do material ou do serviço a ser contratado por indicação da chefia imediata, para acompanhar a elaboração de editais e julgamento de propostas, prestar assessoramento a Comissão no que lhe couber através de pareceres técnicos sobre o material ou serviço objeto da licitação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 172 - Art.1º Designar os servidores, DEUSULEIDE DE SÁ CÂMARA, Professor de 1º Grau, nível NI-A-III, matrícula nº 0445603, SIVALDO BARBOSA MOREIRA, Técnico de Contabilidade, nível NI-A-III, matrícula nº 044535, ALCIONE BENEVENUTO PIMENTEL, Professor de 1º Grau, nível NI-A-III, matrícula nº 0446659, JAILTON GERINO MACIEL, Motorista, nível NI-A-III, matrícula nº 0446849, EVÓDIO ALVES E SILVA, Técnico de Agrimensura, nível NI-A-III, matrícula nº 0445579 e JORGE LUIZ DE PAULA, Antropólogo, nível NS-B-VI, matrícula nº 0446349, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Permanente de Licitação da Administração Executiva Regional de Eunápolis.

Art.2º Estabelecer que o Presidente da Comissão, a seu critério poderá requisitar servidor lotado na Unidade interessada na requisição do material ou do serviço a ser contratado por indicação da chefia imediata, para acompanhar a elaboração de editais e julgamento de propostas, prestar assessoramento a Comissão no que lhe couber através de pareceres técnicos sobre o material ou serviço objeto da licitação.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLENIO DA COSTA ALVAREZ

(Of. El. nº 058/SECL)

MACHADO DE ASSIS

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa.

Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.





Trabalhando em todo o Brasil